

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

Edital nº 61-2024-ECA

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PÚBLICO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 01 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR NO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Diretora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação em sessão ordinária realizada em 25/09/2024, estarão abertas, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, com início às 08h30 horas (horário de Brasília) do dia 18/10/2024 e término às 16h00 horas (horário de Brasília) do dia 16/12/2024, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), claro/cargo nº 1245716, com o salário de R\$ 15.498,97 (maio/2024), junto ao Departamento de Comunicações e Artes, na área de conhecimento “**Tecnologias da Comunicação**”, nos termos do art. 125, parágrafo 1º, do Regimento Geral da USP, e o respectivo programa que segue:

Programa: “**Tecnologias da Comunicação**”

01. Cibernética e Interação Humano-Máquina.
02. Aprendizado de Máquina e LLMs.
03. Datificação e Algoritmos.
04. Ética em IA.
05. IA no Campo da Comunicação e Informação.
06. Criatividade e Tecnologias Cognitivas.
07. IA na Produção de Conteúdo Audiovisual e Análise de Imagem.
08. Design de Interfaces de Usuário com IA.
09. IA e Produção de Conhecimento Científica
10. Marcos Legais da IA e Propriedade Intelectual e IA.
11. IA Na Produção Mediática.
12. Estética e Crítica das Inteligências Artificiais.
13. IA, Segurança, Riscos e Vigilância.

Conjunto de disciplinas que integram a área de conhecimento:
CCA-0326: Introdução às Tecnologias da Comunicação; CCA-0327: Inteligência Artificial no campo da Comunicação e Informação; CCA-0328: Inteligência Artificial e Pesquisa nos Campos da Comunicação e Informação e das Artes.

O concurso será regido pelos princípios constitucionais, notadamente o da impessoalidade, bem como pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Escola de Comunicações e Artes.

1. Os pedidos de inscrição deverão ser feitos, exclusivamente, por meio do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao> no período acima indicado, devendo o candidato preencher os dados pessoais solicitados e anexar os seguintes documentos:

I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos, em formato digital;

II – prova de que é portador do título de Doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional, **na área de comunicação**, ou, no caso de área diversa, acompanhado de um dos documentos elencados no § 4º deste item (frente e verso);

III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino (frente e verso);

IV – certidão de quitação eleitoral ou certidão circunstanciada emitidas pela Justiça Eleitoral há menos de 30 dias do início do período de inscrições.

V – documento de identidade oficial (frente e verso).

§ 1º - Elementos comprobatórios do memorial referido no inciso I, tais como maquetes, obras de arte ou outros materiais que não puderem ser digitalizados deverão ser apresentados até o último dia útil que antecede o início do concurso.

§ 2º - Não serão admitidos como comprovação dos itens constantes do memorial *links* de Dropbox ou Google Drive ou qualquer outro remetendo a página passível de alteração pelo próprio candidato.

§ 3º - Para fins do inciso II, não serão aceitas atas de defesa sem informação sobre homologação quando a concessão do título de Doutor depender dessa providência no âmbito da Instituição de Ensino emissora, ficando o candidato desde já ciente de que neste caso a ausência de comprovação sobre tal homologação implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 4º - *Caso o título de Doutor não tenha sido obtido na área de Comunicação, deverá ser acompanhado de prova de que o candidato é graduado na área de Comunicação Social ou prova de que é portador do título de mestre na área de Comunicação, que deverá ser inserido no Sistema no campo referente à comprovação de formação especificada em Edital* (frente e verso).

§ 5º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que tenham comprovado a devida quitação por ocasião de seu contrato inicial.

§ 6º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo comprovar que se encontram em situação regular no Brasil.

§ 7º - O candidato estrangeiro aprovado no concurso e indicado para o preenchimento do cargo só poderá tomar posse se apresentar visto temporário ou permanente que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 8º - No ato da inscrição, os candidatos com deficiência deverão apresentar solicitação para que se providenciem as condições necessárias para a realização das provas.

§ 9º - É de integral responsabilidade do candidato a realização do *upload* de cada um de seus documentos no campo específico indicado pelo sistema constante do *link* <https://uspdigital.usp.br/gr/admissao>, ficando o candidato desde já ciente de que a realização de *upload* de documentos em ordem diversa da ali estabelecida implicará o indeferimento de sua inscrição.

§ 10 - É de integral responsabilidade do candidato a apresentação de seus documentos em sua inteireza (frente e verso) e em arquivo legível, ficando o candidato desde já ciente de que, se não sanar durante o prazo de inscrições eventual irregularidade de *upload* de documento incompleto ou ilegível, sua inscrição será indeferida.

§ 11 - Não será admitida a apresentação extemporânea de documentos pelo candidato, ainda que em grau de recurso.

§ 12 - No ato da inscrição, o candidato que se autodeclarar preto, pardo ou indígena manifestará seu interesse em participar da pontuação diferenciada prevista no item 11 e seus parágrafos deste Edital.

§ 13 - Para que faça jus à bonificação a candidatos autodeclarados pretos e pardos, o candidato deverá possuir traços fenotípicos que o caracterizem como negro, de cor preta ou parda.

§ 14 - A autodeclaração como preto ou pardo feita pelo candidato que manifestar seu interesse em participar da pontuação diferenciada será sujeita a confirmação por meio de banca de heteroidentificação.

§ 15 - Na hipótese de não confirmação da autodeclaração de pertença racial, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 16 - Para confirmação da autodeclaração do candidato indígena será exigido, no ato da inscrição, o Registro Administrativo de Nascimento do Índio - Rani próprio ou, na ausência deste, o

Registro Administrativo de Nascimento de Índio - Rani de um de seus genitores.

§ 17 - Situações excepcionais poderão ser avaliadas pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento, que poderá admitir a confirmação da autodeclaração do candidato como indígena por meio de, cumulativamente, memorial e declaração de pertencimento étnico subscrita por caciques, tuxauas, lideranças indígenas de comunidades, associações e/ou organizações representativas dos povos indígenas das respectivas regiões, sob as penas da Lei.

§ 18 - As normas vigentes para apresentação dos documentos referentes à autodeclaração como preto, pardo e indígena, bem como para sua confirmação, estão disponíveis no site da Secretaria Geral da USP

(<https://secretaria.webhostusp.sti.usp.br/?p=12343>).

§ 19 - Para fins do inciso III, serão aceitos os documentos listados no art. 209 do Decreto Federal nº 57.654/1966, ficando dispensados de fazê-lo os candidatos do sexo masculino que tiverem completado 45 (quarenta e cinco) anos até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao período de abertura de inscrições.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação da Escola de Comunicações e Artes, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único – O concurso deverá realizar-se no prazo de trinta a cento e vinte dias, a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado da aprovação das inscrições, de acordo com o artigo 134, parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

3. O concurso será realizado segundo critérios objetivos, em duas fases, por meio de atribuição de notas em provas, assim divididas:

1ª fase (eliminatória) – prova escrita – peso 2

2ª fase – I) julgamento do memorial com prova pública de arguição - peso 5

II) prova didática – peso 3

§ 1º - A convocação dos inscritos para a realização das provas será publicada no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os candidatos que se apresentarem depois do horário estabelecido não poderão realizar as provas.

§ 3º - Na avaliação das provas pela comissão julgadora, será considerada a finalidade externada para a criação da vaga (concessão do claro docente) à qual se destina o presente concurso, disponível no anexo ao presente edital.

4. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no art. 139, e seu parágrafo único, do Regimento Geral da USP.

I – a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, 24 (vinte e quatro) horas antes do sorteio do ponto, sendo permitido exigir-se dos candidatos a realização de outras atividades nesse período;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – sorteado o ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

IV – durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos;

V – as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

VI – O candidato poderá utilizar microcomputador para a realização da prova escrita, mediante solicitação por escrito à Comissão Julgadora, nos termos da Circ.SG/Co/70, de 5/9/2001, e decisão da Congregação em sessão de 26/06/2019, de que o uso de microcomputador na referida prova é condicionado à existência de infraestrutura e equipamentos disponíveis para atender a totalidade dos pedidos dos candidatos.

VII – a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VIII – cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da comissão julgadora;

IX – serão considerados habilitados para a 2ª fase os candidatos que obtiverem, da maioria dos membros da comissão julgadora, nota mínima sete;

X – a comissão julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos.

5. Ao término da apreciação da prova escrita, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, observada a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste Edital.

6. Participarão da segunda fase somente os candidatos aprovados na primeira fase.

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único – No julgamento do memorial, a comissão apreciará:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV – atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

I – a comissão julgadora, com base no programa do concurso, organizará uma lista de dez pontos, da qual os candidatos tomarão conhecimento imediatamente antes do sorteio do ponto;

II – o candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

III – a realização da prova far-se-á 24 (vinte e quatro) horas após o sorteio do ponto as quais serão de livre disposição do candidato, não se exigindo dele nesse período a realização de outras atividades;

IV – o candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário;

V – se o número de candidatos o exigir, eles serão divididos em grupos de, no máximo, três, observada a ordem de inscrição, para fins de sorteio e realização da prova;

VI – quando atingido o 60º (sexagésimo) minuto de prova, a Comissão Julgadora deverá interromper o candidato;

VII – se a exposição do candidato encerrar-se aquém do 40º minuto de prova, deverão os examinadores conferir nota zero ao candidato na respectiva prova.

09. Ao término da apreciação das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final que será a média ponderada das notas por ele conferidas nas duas fases, observados os pesos mencionados no item 3 e a eventual aplicação da pontuação diferenciada nos termos do item 11 deste edital.

10. As notas das provas poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.

11. Aplicar-se-á pontuação diferenciada aos candidatos pretos, pardos e indígenas, nos termos ora especificados.

§ 1º - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas, em todas as fases do concurso público é:

$PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$

Onde:

- PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada.

- MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados, ou

seja, os que não atingiram a pontuação mínima referida nos itens 4 e 13 do presente Edital. Entende-se por “ampla concorrência” todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

- MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI entre todos candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados.

§ 2º - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas finais de pretos, pardos e indígenas em cada fase do concurso público é:

$$\text{NFCPPI} = (1 + \text{PD}) * \text{NSCPPI}$$

Onde:

- NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público, limitada à nota máxima prevista em edital. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato.

- NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

§ 3º - Os cálculos a que se referem os §§ 1º e 2º deste item devem considerar duas casas decimais e frações maiores ou iguais a 0,5 (cinco décimos) devem ser arredondadas para o número inteiro subsequente.

§ 4º - A pontuação diferenciada (PD) prevista neste item aplica-se a todos os beneficiários habilitados, ou seja, aos que tenham atingido o desempenho mínimo estabelecido no edital do certame, considerada, para este último fim, a nota simples.

§ 5º - Na inexistência de candidatos beneficiários da pontuação diferenciada entre os habilitados, não será calculada a pontuação diferenciada.

§ 6º - A pontuação diferenciada não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

12. O resultado do concurso será proclamado pela comissão julgadora imediatamente após seu término, em sessão pública.

13. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

14. A indicação dos candidatos será feita por examinador, segundo as notas por ele conferidas.

15. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver o maior número de indicações da comissão julgadora.

16. A posse do candidato indicado ficará sujeita à aprovação em exame médico realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, nos termos do Artigo 47, VI, da Lei nº 10.261/68.

17. A nomeação do docente aprovado no concurso assim como as demais providências decorrentes serão regidas pelos termos da Resolução nº 7271 de 2016.

18. O docente em RDIDP deverá manter vínculo empregatício exclusivo com a USP, nos termos do artigo 197 do Regimento Geral da USP.

19. O concurso terá validade imediata e será proposto para nomeação somente o candidato indicado para o cargo posto em concurso.

20. O candidato será convocado para posse pelo Diário Oficial do Estado.

21. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Assistência Técnica Acadêmica da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sita a av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 – Prédio principal da ECA 1º Andar sala 189 – telefone: 3091.4338 – e-mail: concursoseca@usp.br.

– Anexo – Justificativa para concessão do claro Docente – OF. GR/349 - Reposições/2022 – Escola de Comunicações e Artes - Departamento de Comunicações e Artes

Autorização CCD	Data	Unidade	Departamento
Reposições 2022	24/05/2024	Escola de Comunicações e Artes	Comunicações e Artes

Situação Atual do Departamento/Área

O Departamento de Comunicações e Artes (CCA) foi estabelecido em 1967 e desde então tem desempenhado um papel fundamental na formação de estudantes dos cursos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Além da Licenciatura em Educomunicação, oferece disciplinas para cursos da ECA e de outras unidades, atendendo aproximadamente 1.300 estudantes no primeiro semestre e 1.100 no segundo.

O departamento desenvolve pesquisas significativas nas áreas de Comunicação e Educomunicação, engaja-se em projetos e atividades de extensão que influenciam a elaboração de políticas públicas e estabelece parcerias internacionais e nacionais de vulto.

Objetivo Geral da Contratação do Docente

O claro docente agora se destina à emergente área de Tecnologias da Comunicação com ênfase em Inteligência Artificial, ligada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) 4, Educação de Qualidade, e 10, Redução das Desigualdades. Adicionalmente, esta área também se alinha com o ODS 9, Indústria, Inovação e Infraestrutura, e o ODS 17, Parcerias para a Implementação dos Objetivos, devido ao potencial de inovação tecnológica e colaboração interinstitucional que a inteligência artificial pode promover. A inclusão desta especialidade no currículo pretende equipar estudantes com capacidades avançadas em tecnologias que estão transformando as modalidades de comunicação, produção de conteúdo e interação social, preparando-os/as para contribuir ativamente na sociedade informacional e digital e também promovendo uma reflexão crítica sobre os impactos éticos e sociais destas tecnologias, ampliando a capacidade intelectual e técnica da ECA. A contratação responderá ao interesse crescente de estudantes e às necessidades do mercado de trabalho, contribuindo significativamente para os esforços de extensão e especialização da universidade.

Plano Individualizado

Ensino - Metas

O claro docente proposto destina-se à área de Tecnologias da Comunicação com ênfase em Inteligência Artificial, assumindo disciplinas focadas em tecnologias emergentes, especialmente as que envolvem Inteligência Artificial, abertas ao conjunto da ECA: CCA-0326: Introdução às Tecnologias da Comunicação, com ênfase em Inteligência Artificial, com aspectos introdutórios e éticos do uso destas tecnologias na contemporaneidade; CCA-0327: Inteligência Artificial no campo da Comunicação e Informação, com a discussão sobre as tecnologias nos diversos campos profissionais da Comunicação atendidos pela Escola; CCA-0328: Inteligência Artificial e Pesquisa nos Campos da Comunicação e Informação e Artes, oferecida para a ECA e USP, que enfocará a Inteligência Artificial em pesquisas, tanto no campo acadêmico quanto no campo das profissões da ECA, com possibilidade de ser dada também na pós-graduação.

O claro promoverá novas abordagens teórico-metodológicas, abrindo novas frentes de atuação acadêmica e profissional. Os indicadores para a avaliação dessas metas incluirão o aumento da oferta de disciplinas, a qualidade e quantidade de trabalhos de pesquisa gerados e o desenvolvimento de projetos em parceria com entidades da sociedade civil e setores públicos.

Pesquisa e Inovação - Metas

A curto prazo, espera-se que o novo claro em Tecnologias da Comunicação com ênfase em Inteligência Artificial estabeleça conexões sólidas entre a área temática e as pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação.

A médio prazo, espera-se que o/a professor/a contratado/a contribua significativamente para a estruturação de novas linhas de pesquisa, oferecendo orientação em temas emergentes como ética em IA, aplicações de blockchain, realidade aumentada e virtual na comunicação e nas artes.

A longo prazo, espera-se que a contratação resulte em uma adesão consistente à produção de pesquisas de ponta, ancoradas nos grupos e centros de pesquisa já estabelecidos no CCA e na ECA. Isso deve incluir a obtenção de financiamento de agências de fomento e a expansão de colaborações com redes internacionais e universidades estrangeiras. Os indicadores de sucesso para essas metas serão a realização efetiva dessas atividades, avaliadas conforme os critérios estabelecidos no Projeto Acadêmico da ECA.

Cultura e Extensão - Metas

A curto prazo, espera-se a promoção de atividades de extensão significativas, incluindo a implementação de projetos práticos junto a estudantes por meio de bolsas, com o oferecimento de cursos de extensão de curta duração focados em aplicações práticas de tecnologias emergentes como, por exemplo, workshops sobre o uso de inteligência artificial na criação de conteúdo digital. A médio prazo, espera-se que o/a docente colabore na organização e retomada de cursos de especialização a partir destas tecnologias.

A longo prazo, projeta-se que o/a docente lidere projetos de intervenção que estreitem os laços com organizações da sociedade civil, como parcerias para desenvolver soluções tecnológicas que atendam a necessidades comunitárias específicas. Os indicadores de sucesso dessas iniciativas serão os resultados práticos dessas atividades, medidos conforme os critérios estabelecidos no Projeto Acadêmico da ECA.

Impacto Esperado com a Contratação

Espera-se que a contratação amplie iniciativas focadas na integração de Tecnologias da Comunicação com ênfase em Inteligência Artificial dentro das Comunicações, de uma perspectiva ética e crítica, em um momento em que o combate à desinformação e o desenvolvimento de meios de comunicação responsáveis exigem profissionais cada vez mais qualificados e inovadores. No médio prazo, espera-se que o/a profissional não só ajude a sustentar esta nova área, mas também ofereça novas perspectivas para sua expansão, auxiliando na atualização curricular e na resposta às novas demandas que emergem do uso destas tecnologias nos cursos oferecidos pela ECA. No longo prazo, espera-se que a contratação enriqueça a produção intelectual da Unidade, oferecendo contribuições com potencial de impacto internacional.